

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

Nº 022/2020



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020

Edital destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e Posteriores Alterações.

ORGÃO : O Município de Moita Bonita/SE

PROCESSO Nº : 022/2020.

TIPO DE LICITAÇÃO : Menor Preço Por Item.

LEGISLAÇÃO : Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de

subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, observada a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações e o Decreto Municipal nº 010 de 01 de

dezembro de 2010.

LOCAL : Prédio da Prefeitura – Setor de Licitação.

DATA : 11 de maio de 2020

HORA : 09hs00min. TELEFONE/FAX : (79) 3453-1255.

E-MAIL : licitacao@moitabonita.se.gov.br

O Município de Moita Bonita, Estado de Sergipe, por conduta de sua Pregoeira designada pela Portaria nº 01/2020 de 02 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que é subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, observada a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e o Decreto Municipal nº 010 de 01 de dezembro de 2010. Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação deverão ser **entregue** às **09h00min do dia 11 de maio de 2020**, na Prefeitura Municipal de Moita Bonita, Setor de Licitação, obedecidas as condições e exigências que se seguem.

<u>Formalização de Consultas e Edital</u>: Preferencialmente através do e-mail: <u>licitacao@moitabonita.se.gov.br</u> ou por telefone: (79)3453-1255, caso o licitante não consiga dessas formas então poderá se dirigir ao Setor de Licitação - Endereço situada a Praça Santa Teresinha, nº 026 — Centro. Moita Bonita - Sergipe, no horário das 8 horas às 12 horas; mas devidamente munido de máscara, luvas e odos os cuidados devido a pandemia. Nossa sessão será em sala ampla, aberta todos os presentes deverá manter distância um do outro.

Os pedidos de esclarecimentos formais e impugnações, referentes ao presente Certame, será processada e julgada na forma e nos prazos previstos e deverão ser encaminhados



por e-mail: <u>licitacao@moitabonita.se.gov.br</u> de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 h às 12:00 horas, evitando assim, o contato pessoal.

1.0<u>- OBJETO</u>

1.0 – Constitui objeto da presente licitação a Aquisição de Pré-moldados tipo Bueiros para Manutenção e Ampliação das redes de esgotos e drenagem no município de Moita Bonita, observadas as especificações e condições constantes do anexo I termo de referência, que fará parte integrante do edital, independentemente de quaisquer reproduções.

2.0 - CONDICÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Somente poderão participar desta Licitação as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, haja vista que os valores estimados nos itens de contratação são de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme atual artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com atualizações da Lei Complementar 147/2014 e Posteriores Alterações.
- 2.1.1 A previsão quanto aos valores estimados da despesa com a execução do objeto desta licitação, está registrada nos autos do Processo Administrativo. O qual será divulgado ao iniciar a Fase de Lances para análise e aceitação ou não das melhores ofertas.
- 2.2 Poderão participar da presente licitação, exclusivamente, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que no dia, hora e local designados para a realização do Pregão se fizerem representar na forma do Item 3.0 deste Edital.
- 2.3 A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:
- 2.3.1 Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial do seu domicílio, devidamente certificada e assinada, em que se comprove que a empresa participante está registrada naquele órgão como ME ou EPP, **emitida no ano de 2020.**
- 2.4 A documentação exigida no item anterior deve ser apresentada na fase de credenciamento.
- 2.5 As microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração estabelecida no item 2.3.1 deste Edital, no envelope credencial, não participarão do certame.
- 2.6 Não será admitida a participação na presente licitação de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:



- 2.6.1 em processo de falência, sob concurso de credores; recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou liquidação;
- 2.6.2 reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.6.3 estrangeiras que não funcionem no Brasil;
- 2.6.4 que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- 2.6.5 que tenham como sócios servidores públicos do Município de Moita Bonita.

3.0 - CREDENCIAMENTO

- 3.1 Antes da abertura dos envelopes de propostas, ocorrerá a fase de credenciamento, onde serão vistos e identificados os representantes de cada licitante.
- 3.1.1 · Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste Edital, após a fase de credenciamento não serão mais aceitos novos participantes no certame.
- 3.2 Somente poderão participar da fase de lances verbais desta licitação empresas que atendendo as condições estabelecidas no item 2.0, no dia, hora e local da realização do Pregão, se fizerem representar por pessoa com poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão comprovados tais poderes da seguinte forma:
- 3.2.1 Se proprietário ou sócio: através do contrato social e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto);
- 3.2.2 Se por outra pessoa: mediante apresentação do instrumento público ou particular de procuração (Art. 653, do Código Civil), conferindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preço e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renúncia ao direito de interpor e desistir de recursos, acompanhada do ato de investidura de quem a firmou e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).
- 3.2.3 O Representante poderá credenciar-se também apresentando Carta de Representação, confeccionada conforme modelo do Anexo III deste Edital, acompanhada do Contrato Social e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).
- 3.3 Os documentos referidos nos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 deverão ser apresentados em separado dos envelopes proposta e habilitação, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, e em forma de cópias autenticadas ou



acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as cópias farão, posteriormente, parte dos autos.

- 3.4 O representante da licitante que não se credenciar perante a Pregoeira ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Habilitação" relativos a este Pregão, sendo mantido, porém, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.5 Não será permitido um mesmo representante para mais de uma empresa.

4.0 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 4.1 As propostas deverão ser confeccionadas e impressas no papel timbrado da licitante, datadas com a data prevista para abertura da licitação, carimbadas e assinadas pelo sócio ou proprietário da empresa. <u>DEVERÁ SER APRESENTADO O ARQUIVO DA PROPOSTA EM MÍDIA, ATRAVÉS DE CD OU PEN DRIVE, DENTRO DO ENVELOPE DA PROPOSTA, PARA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA</u>. Este arquivo para composição da proposta será disponibilizado pela prefeitura
- 4.1.1 Caso a proposta seja assinada por pessoa estranha ao Contrato Social, a mesma deverá comprovar ter poderes para assinar a proposta, através de procuração pública ou particular, com firma reconhecida em Cartório.
- 4.2 Não serão aceitas propostas opcionais ou condicionais, devendo o licitante ofertar o preço unitário e total em algarismo e por extenso, na moeda corrente do país, sendo desconsideradas as propostas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência do presente Edital e seus Anexos.
- 4.3 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou por Servidor da Administração, inclusive no verso de parte integrante do documento apresentado, ou publicação na Imprensa Oficial.
- 4.4 Os documentos para credenciamento do representante, as propostas e os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em três envelopes separados, lacrados e rubricados em suas extremidades, subscritos da seguinte forma:



PREGÃO Nº 022/2020	PREGÃO Nº 022/2020	PREGÃO Nº 022/22020
GD DD DWG A	ENVELOPE 01	ENVELOPE 02
CREDENCIAL	PROPOSTA	HABILITAÇÃO
LICITANTE:	LICITANTE:	LICITANTE:

5.0 – ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 5.1 Os envelopes deverão ser entregues, lacrados, na Prefeitura Municipal de Moita Bonita, Setor de Licitação, até a hora fixada no preâmbulo deste Edital para realização da sessão pública promovida pela Pregoeira.
- 5.2 Visando evitar a disseminação do Coronavírus (COVID-19), o Município de Moita Bonita/SE adotará nesta sessão medidas restritivas na circulação de pessoas, incluindo públicos interno e externo, assim, a sessão será realizada em sala ampla possibilitando a alocação de pessoas com uma distância mínima de 1,50 metros, priorizando a permanecia na sala apenas dos envolvidos nos procedimentos de realização do certame (pregoeiro, equipe de apoio e os representantes das empresas interessadas), não sendo admitida a presença de acompanhantes ou de pessoas que não tenham relação com o certame.

6.0 - PROPOSTA

- 6.1 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma do item 4.1 subitem 4.1.1 sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, podendo ser elaborada conforme modelo do Anexo IV ou com as seguintes informações:
- 6.1.1 fazer menção ao número deste Pregão, a razão social e ao número do CNPJ, ao(s) número(s) de telefone(s), fax e e-mail, endereço com CEP, indicação do banco, agência bancária e número da conta corrente da licitante.
- 6.1.2 qualificação completa do sócio (nome, endereço, número do RG e do CPF, profissão e estado civil), para fins de confecção do contrato, no caso da licitante sagrarse vencedora.
- 6.1.3 marca e descrição completa do item ofertado.
- 6.1.4 preço unitário e total de cada item, de acordo com o Termo de Referência (Anexo I), expresso em real, junto ao qual devem ser inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).



- 6.1.5 prazo de entrega não superior a 03(três) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente. Caso tal prazo seja omitido, a Pregoeira o entenderá como sendo igual ao máximo permitido. Caso seja indicado prazo de entrega superior ao máximo permitido, a Pregoeira desclassificará a proposta.
- 6.1.6 prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos. Caso seja indicado prazo de validade da proposta inferior ao mínimo permitido, a Pregoeira desclassificará a proposta.
- 6.1.7 Condições de pagamento, parcelado conforme a entrega.
- 6.1.8 Local de entrega, Almoxarifado Municipal.
- 6.1.9 Condições de Entrega, conforme Cronograma.
- 6.2 Nos valores que forem propostos serão consideradas as seguintes regras:
- 6.2.1 quanto à fração relativa aos centavos: duas casas decimais;
- 6.2.2 discrepância entre os valores expressos em numerais e por extenso: valem os escritos por extenso;
- 6.2.3 discrepância entre o valor unitário e o total: vale o valor unitário;
- 6.3 · A Pregoeira corrigirá os erros de quantitativo, soma e/ou multiplicação que não alterem o preço unitário ofertado, sendo este considerado para fins de classificação e desclassificação das propostas.

<u>7.0 – ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS</u>

- 7.1 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.
- 7.2 Não serão aceitas propostas que apresentarem preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- 7.3 A Pregoeira poderá solicitar pareceres de servidores do quadro de pessoal do Município de Moita Bonita, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele para orientar sua decisão com relação à aceitação das propostas.

8.0 – DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 – Serão desclassificadas:



- 8.1.1 As propostas que não atendam as exigências deste Edital e de seus Anexos;
- 8.1.2 As propostas com preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- 8.1.3 Serão considerados excessivos os preços muito acima dos praticados pelo Mercado, apurados mediante pesquisa de preço feita pelo Setor de Compras deste Município e inexeqüíveis aqueles que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 8.2 No caso de todas as propostas serem desclassificadas a Pregoeira poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas dos defeitos motivadores de sua desclassificação, nos termos do art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.0 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo as condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o "MENOR PREÇO POR ITEM".
- 9.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

10.0 – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- 10.1 A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital e desenvolver-se-á da seguinte forma:
- 10.1.1 Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 3.0 deste edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.
- 10.1.2 Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas e solicitada a entrega da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação conforme Anexo VI e dos

To the state of th

ESTADO DE SERGIPE MUNICIPIO DE MOITA BONITA

envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma

do item 5.0.

10.1.3 - Na sequência serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços e analisadas

todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a

desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir

aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.

10.1.4 – Prosseguindo, serão selecionadas a proposta que apresentar o **MENOR PREÇO**

POR ITEM e as demais cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento)

acima da proposta de menor preço. Não havendo pelo menos 03(três) propostas nestas

condições, serão selecionadas as demais até o número máximo de 03(três), quaisquer

que sejam os preços ofertados.

10.1.5 – Na sequência será dado início a fase dos lances verbais, os quais serão

formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e

decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:

10.1.5.1 - As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias,

com vista a obtenção da melhor oferta;

10.1.5.2 - A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas,

de forma a definir a sequência dos lances ulteriores.

10.1.5.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado,

implicará na exclusão do licitante da fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o

último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.

10.1.5.4 - A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades

cabíveis.

To State of the

ESTADO DE SERGIPE MUNICIPIO DE MOITA BONITA

10.1.6 - Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas

exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada

quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.

10.1.7 - Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação

ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante

documentação contida no envelope 02 – Habilitação.

10.1.8 - Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, o proponente será

declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo serviço do Pregão.

10.1.9 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências

habilitatórias, serão examinadas as ofertas subsegüentes, inclusive quanto a sua

aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as

exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele

adjudicado o correspondente objeto.

10.1.10 - Caso a proposta não seja aceitável ou não haja oferta de lances verbais, ou

mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão da Pregoeira, em

qualquer dos casos, quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito a Pregoeira

negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele

ofertado.

10.1.11 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pela Pregoeira e

licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes,

na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.

10.1.12 - A adjudicação do objeto obedecerá a estrita ordem de classificação e será

praticada pela Pregoeira na própria ata de reunião.



- 10.1.13 · A(s) empresa(s) vencedora(s) obriga(m) · se a fornecer, no prazo de 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública de realização do pregão, Proposta Reformulada, com os preços unitários e totais resultantes da redução dos preços.
- 10.1.14 − A Pregoeira poderá suspender a sessão para análise das propostas ou dos documentos de habilitação e/ou diligências que julgar necessário, fazendo constar na ata o motivo da suspensão da sessão.

11.0 – HABILITAÇÃO

11.1 - Para habilitação na presente licitação, as licitantes apresentarão documentação relativa a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, conforme abaixo:

11.2 – Habilitação Jurídica:

- 11.2.1 RG ou documento similar com foto do(s) responsável(is) Legal(is) da Empresa;
- 11.2.2 Registro comercial no caso de empresa individual;
- 11.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com todas as suas alterações ou sua consolidação, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
- 11.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 11.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 11.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão unificada expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



os previdenciários relativos à Seguridade Social – INSS. (PORTARIA PGFN/RFB Nº 1.751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014);

- 11.3.3.1 -De acordo com a Portaria Conjunta nº 555, de 23 de Março de 2020 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19), fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta (Publicada em: 24/03/2020 | Edição: 57 | Seção: 1 | Página: 33).
- 11.3.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;
- 11.3.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS: Certidão de Regularidade de FGTS CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 11.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do <u>Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</u>. (<u>Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011</u>)
- 11.3.7 As microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação deverão apresentar no dia e hora indicados no preâmbulo, toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 11.3.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade **FISCAL E TRABALHISTA**, será assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, conforme disposto no Art. 43, §1°, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014.
- 11.3.9 A não regularização da documentação, dentro do prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



11.3.10 - O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, somente é aplicável no que concerne aos documentos relativos a Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Art. 29, inciso I a IV da Lei 8.666/93. O tratamento diferenciado não é aplicável a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

11.4 – Qualificação Técnica:

11.4.1 – Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado com características compatíveis com o objeto da licitação.

11.5 - Qualificação Econômico-Financeira:

11.5.2 – Certidões Negativas de Falência e Concordata, expedidas pelo Cartório da Distribuição Judicial da localidade onde a empresa tem sua sede ou através da Internet, expedidas até 30 (trinta) dias quando não houver data de validade expressa na mesma, antes da data de entrega dos envelopes.

11.6 – Outros Elementos:

- 11.6.1 Declaração de Comprometimento nos moldes do Anexo II.
- 11.6.2 Declaração de Inexistência de Empregados Menores nos moldes do Anexo VII.
- 11.6.3 A falta de qualquer dos documentos exigidos neste edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, exceto nos casos estabelecidos no edital.
- 11.6.4 No caso de todas as licitantes serem inabilitadas a Pregoeira poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada dos defeitos motivadores de sua inabilitação, com base legal no art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.0 – IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL

- 12.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- 12.1.1 Caberá a Pregoeira decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 12.2 As impugnações ao edital devem ser formuladas por escrito, impressas no papel timbrado da licitante, carimbadas e assinadas pelo Representante Legal da Empresa e,



deverão ser encaminhados pelo e-mail licitacao@moitabonita.se.gov.br, dentro do prazo legal. Deve, ainda, ser anexado à impugnação cópia do contrato social da empresa, RG e CPF do sócio se interposta pelo sócio e se interposta pelo Procurador, procuração com firma reconhecida em Cartório, contrato social, RG e CPF do Procurador da Licitante.

12.3 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser formulados por escrito, impressos no papel timbrado da licitante, carimbados e assinados pelo Representante Legal da Empresa e encaminhados a Pregoeira via deverão ser encaminhados pelo e-mail licitacao@moitabonita.se.gov.br, até 02(dois) dias úteis anteriores a data designada para realização do Pregão.

13.0 - RECURSOS

- 13.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, devendo a Pregoeira adjudicar o objeto à vencedora.
- 13.1.2 · Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos termos do Art. 109, §5°, Lei Federal n° 8.666/93.
- 13.1.3 O recurso não terá efeito suspensivo.
- 13.1.4 · Os recursos e contrarrazões, previstos neste Item, deverão ser encaminhados pelo e-mail licitação@moitabonita.se.gov.br, dentro do prazo legal.
- 13.1.4.1 quanto a sua interposição, o prazo de 03(três) dias, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;
- 13.1.4.2 a forma escrita, com a assinatura do representante legal da licitante;
- 13.1.4.3 o arquivo contendo o texto em meio magnético para fins de alimentação do SAGRES/TCE;
- 13.1.4.4 a legitimidade e o interesse recursais;
- 13.1.4.5 a fundamentação.



13.1.5 – Os recursos serão decididos pela Autoridade Competente no prazo de 03(três) consecutivos e seu resultado comunicado as licitantes.

14.0 - HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 A Pregoeira após proceder ao julgamento e adjudicação da presente licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Senhor Prefeito com vistas à homologação.
- 14.2 A decisão da Pregoeira somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Senhor Prefeito.

15.0 - ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

- 15.1 Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- 15.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 15.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

<u>16.0 - CONTRATO</u>

- 16.1 A Administração convocará a(s) Licitante(s) Vencedora(as) para assinatura do contrato, devendo a(s) mesma(s) comparecer(em) a Prefeitura Municipal no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis do recebimento da convocação, sob pena de decair à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 16.1.1 Caso a adjudicatária se recuse a assinar o contrato, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fornecerem o objeto contratado, facultado a Pregoeira negociar diretamente com as licitantes a fim de obter uma melhor oferta.
- 16.1.2 Caso a Adjudicatária seja microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja proposta tenha sido classificada por força dos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, que tenham ofertado preço igual ou até 5%(cinco por cento) superior àquela classificada em primeiro lugar, na ordem de classificação, para fornecerem o objeto contratado, nas mesmas condições contratuais, inclusive quanto ao preço, conforme disposto no 45, II do mesmo Diploma Legal.



- 16.2 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo que justifique a prorrogação, aceito pela Administração.
- 16.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo acima mencionado caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo VIII deste Edital.
- 16.4 Decorridos 60(sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as adjudicatárias liberadas dos compromissos assumidos.
- 16.5 Considera-se como parte integrante do Contrato, a Proposta Vencedora e seus Anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório.

17.0 - SANCÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 As sanções administrativas são:
- 17.1.1 advertência;
- 17.1.2 multa;
- 17.1.3 suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 17.1.4 declaração de inidoneidade.
- 17.2 As sanções administrativas serão aplicadas conforme estabelecido na Minuta de Contrato (Anexo VIII).
- 17.3 Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

18.0 – PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

- 18.1 A Autoridade Competente expedirá Ordem de Fornecimento e encaminhará a Contratada.
- 18.2 Recebidas as Ordens, a Contratada deverá entregar os materiais dentro do prazo de 03 (três) dias, acompanhados da Nota fiscal no almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Moita Bonita. Situado na Rua Ribeirópolis nº 030, Moita Bonita/SE.
- 18.3 Os materiais fornecidos pela contratada deverá ser entregue nos Município de Moita Bonita conforme solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, nos locais destinados pela mesma, logo todas as despesas com o deslocamento, mão de obra, encargos ficam a cargo da contratada.



- 18.4 Os materiais serão recebidos e conferidos por Servidor designados pela Autoridade Competente que atestará o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.
- 18.5 No caso do material entregue que não atender as especificações do Edital e seus Anexos a Contratada deverá providenciar a substituição do mesmo no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato.
- 18.6 Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará a Prefeitura para pagamento.

19.0 - DO PAGAMENTO

- 19.1 Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 19.1.1 Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- 19.1.2 Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e Seguridade Social (INSS), Estadual e Municipal, e ao FGTS e CNDT;
- 19.2 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município de Moita Bonita efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal.
- 19.3 O pagamento das obrigações relativas ao contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7°§ 2°, inciso III, da Lei n° 4.320/1964, art. 5° e 7°, § 2°, inciso III, da Lei n° 8.666/93.

20.0 - FONTE DE RECURSOS

0207 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - 15.122.0003.2.036 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - 3390.30.00 – Material de Consumo – 1.001 – Recursos Ordinários.

21.0 – REAJUSTE DE PREÇO

21.1 – Não haverá reajuste de preço.

22.0 – ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO



- 22.1 No interesse da Administração, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25%(vinte e cinco por cento), nos temos do Art. 65, §§1° e 2°, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 22.2 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite estabelecido.
- 22.3 As supressões acima do limite estabelecido, só poderão ser efetuadas mediante acordo celebrado entre as partes, conforme preceitua o Art. 65, §2°, II, da Lei Federal n° 8.666/93 e posteriores alterações.

23.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1 Consoante disposição da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do Termo de Contrato e retirada da Nota de Empenho, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 23.2 A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Pregão, inclusive dos seus anexos, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 23.3 Será facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.
- 23.4 a Pregoeira prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, sobre o Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados por e-mail: licitacao@moitabonita.se.gov.br de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 h às 12:00 horas, evitando assim, o contato pessoal.
- 23.4.1 Se a licitante desejar tirar dúvidas sobre o edital pessoalmente com a Pregoeira, deve agendar previamente visita à Prefeitura, através dos telefones indicados no topo.
- 23.5 · Não havendo expediente no dia marcado para a abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subseqüente, à mesma hora e local.
- 23.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeira com base na legislação pertinente.



23.7 — Constitui anexos deste edital: I — Termo de Referência; II — Declaração de Comprometimento; III - Modelo de Carta de Representação; IV — Modelo de Proposta; V— Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e VI — Declaração de Inexistência de Empregados Menores e VII - Minuta de Contrato.

23.8 - O presente Edital encontra-se afixado, para conhecimento público, no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Moita Bonita/SE e publicado nos jornais: Diário Oficial do Município, site do Município <u>www.moitabonita.se.gov.br</u> no site do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Moita Bonita (SE), 28 de abril de 2020

ÉRICA ANTÔNIA DA ROCHA Pregoeira do Município



TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de Pré-moldados tipo Bueiros para Manutenção e Ampliação das redes de esgotos e drenagem no município de Moita Bonita, observadas as especificações e condições constantes do anexo I termo de referência, que fará parte integrante do edital, independentemente de quaisquer reproduções.

1.0-JUSTIFICATIVA:

1.1- A compra destes materiais justifica-se pela necessidade do fornecimento de Prémoldados tipo Bueiros para Manutenção e Ampliação das redes de esgotos e drenagem no município de Moita Bonita destinado a conservação dos espaços públicos oferecendo à população melhores condições, promovendo a integração, a cidadania e a qualidade de vida da comunidade.

2.0- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - A contratação, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei Federal nº 10.520 subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 010/2010.

3.0 – CONDICÕES DE CONTRATAÇÃO:

- 3.1 A Autoridade Competente expedirá Ordem de Fornecimento e encaminhará a Contratada.
- 3.2 Recebidas as Ordens, a Contratada deverá entregar o material objeto deste edital dentro do prazo de 03 (três) dias, acompanhados da Nota fiscal. No almoxarifado da Secretaria de Obras e serviços urbanos, situado na Rua Ribeirópolis nº 030, Moita Bonita/SE.
- 3.3 Os materiais fornecidos pela contratada deverá ser entregue nos Município de Moita Bonita conforme solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, nos locais destinados pela mesma, logo todas as despesas com o deslocamento, mão de obra, encargos ficam a cargo da contratada.
- 3.4 Os materiais serão recebidos e conferidos por Servidor designados pela Autoridade Competente que atestará o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.
- 3.5 No caso do material entregue que não atender as especificações do Edital e seus Anexos a Contratada deverá providenciar a substituição do mesmo no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato.



- 3.6 Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará a Prefeitura para pagamento.
- 3.7 Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 3.8. Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- 3.9 Prova de regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal,, ao FGTS e a CNDT.
- 3.10 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município de Moita Bonita efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal.

4.0- ESPECIFICAÇÕES E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	TUBO DE CONCRETO PB PA 100X020	UN	500
2	TUBO DE CONCRETO PB PA 100X030	UN	300
3	TUBO DE CONCRETO PB PA 100X040	UN	200
4	TUBO DE CONCRETO PB PA 100X060	UN	50
5	TUBO DE CONCRETO PB PA1 100X080	UN	30
6	TUBO DE CONCRETO PB PA1 100X100	UN	20

- 4.1 Os materiais fornecidos pela contratada deverá ser entregue nos Município de Moita Bonita conforme solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, nos locais destinados pela mesma, logo todas as despesas com o deslocamento, mão de obra, encargos ficam a cargo da contratada.
- 4.1.1 Os materiais deverão ser de boa qualidade, os que não atenderem a esta exigência serão devolvidos ao fornecedor e imediatamente substituídos, correndo por conta exclusiva do contratado, as despesas com o transporte decorrente deste procedimento.

Moita Bonita, 28 de abril de 2020.

TARCYSO ALMEIDA DE ARAUJO Secretario de Obras e Serviços Urbanos



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

REFERENTE: Pregão Presencial nº 022/2020

OBJETO: A aquisição de Pré-moldados tipo Bueiros para Manutenção e Ampliação das redes de esgotos e drenagem no município de Moita Bonita.

Para fins de participação no Processo de Licitação acima descrito, a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu
Representante Legal Sr°, estado civil, profissão, portador da RG n° e do CPF n°, DECLARA :
 que tem conhecimento de todas as informações do processo de licitação mencionado, e que aceita e cumprirá fielmente todas as suas exigências;
- que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação no referido processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que não possui em seu Quadro de Pessoal nenhum Servidor Público ou dirigente da Entidade Contratante responsável pela licitação; e
 que se compromete a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas.
// (data da abertura dos envelopes).

(identificação e assinatura do declarante).



ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

OUTORGANTE: (informar o nome da empresa, nº do CNPJ, endereço completo e telefone).

OUTORGADO: (informar o nome completo da pessoa que vai representar a empresa, n° da RG, n° do CPF, endereço completo e telefone).

PODERES: Praticar todos os atos relativos a licitação modalidade Pregão Presencial nº 022/2020, em especial apresentar documentos, prestar declarações de qualquer teor, formular ofertas e lances verbais, negociar preços, impugnar, recorrer, declarar a intenção de interpor recurso, apresentar contra razões de recursos, desistir de prazos de interposição de recursos e do direito aos mesmos, assinar atas e documentos, a que tudo será dado como legal, firme e valioso.

/, (data da abertura dos envelopes).
(.1
(identificação e assinatura do Outorgante).



ANEXO IV



Banco: Agência: Conta Corrente: Sem mais,

Carimbo e assinatura do Representante Legal



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

REFERENTE: Pregão Presencial nº 022/2020

	Pré-moldados tipo Bueiros para Manuter gem no município de Moita Bonita.	nção e Ampliação das
<u>=</u>	, inscrita no CNPJ sob nº ermédio de seu(ua) representante legal s	*
	oaz, estado civil, profissão	
domiciliado(a)	, portador(a) da RG nº	e do CPF nº
, DECLARA,	, em obediência ao Art. 4°, item VII, da L	Lei Federal n° 10.520,
de 17 de julho de 2002, q	ue cumpre plenamente os requisitos de h	nabilitação exigido no
item 11.0 do edital do pro	egão presencial acima referido.	

Local e data.

Carimbo e assinatura do Representante Legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

REFERENTE: Pregão Presencial nº 022/2020

OBJETO: aquisição de Pré-moldados tipo Bueiros para Manutenção e Ampliação das redes de esgotos e drenagem no município de Moita Bonita.
A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, estabelecida, por intermédio de seu(ua) representante legal Sr°(a),
brasileiro(a), maior, capaz, residente e domiciliado(a), estado civil, profissão, portador(a) da RG nº e do CPF nº
, DECLARA , para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e (assinalar com X, conforme o caso): () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
/, (data da abertura dos envelopes).
(identificação e assinatura do declarante)



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE aquisição de Prémoldados tipo Bueiros para QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE E A EMPRESA _______, CONFORME ADIANTE.

O MUNICIPIO DE	MOITA BONITA/SE , Pessoa Jι	ırídica de Direito Público
Interno, através da	, órgão integrante da s	sua Administração Direta,
CNPJ:	neste ato representando pelo	, portador de
$\mathrm{RG}\ n^{\mathrm{o}}\ \cdots\cdots$ e $\mathrm{CPF}\ n^{\mathrm{o}}$	nº, doravante d	lenominado simplesmente
de CONTRATANTE , e do	outro lado a empresa	, inscrita no
CNPJ sob n°	, representada pelo Sr(a)	,
RG n° e CPI	r n°, doravante denom	inada simplesmente de
CONTRATADA, têm jus	to e contratado o integral cump	orimento das cláusulas e
condições a seguir:		

CLÁUSULA PRIMEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

1.1 · O presente contrato vincula-se às determinações das Leis 10.520/2002, 8.666/93 e LC 123/2006, as exigências e condições gerais do Edital da Licitação modalidade Pregão Presencial nº 022/2020 e a proposta elaborada pela **CONTRATADA**, passando tais documentos, a fazerem parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.0- Constitui objeto do presente contrato a aquisição de Pré-moldados tipo Bueiros para Manutenção e Ampliação das redes de esgotos e drenagem no município de Moita Bonita.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1	_	O	presente	Contrato	tem	como	valor	total	a	importância	de	R\$
			().					

<u>CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</u>

4.1 − Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente a(s) Ordem(ns) de Fornecimento comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos:

Endereço: Praça Santa Terezinha, 26, Centro- CEP 49.560-000 – Moita Bonita - SE Fone/fax. (79) 3453-1255 E-mail. licitacao@moitabonita.se.gov.br



- 4.1.1 Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- 4.1.2 Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e Seguridade Social (INSS), Estadual e Municipal, e ao FGTS e CNDT;
- 4.2 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município de Moita Bonita efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal.
- 4.3 O pagamento das obrigações relativas ao contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7°§ 2°, inciso III, da Lei n° 4.320/1964, art. 5° e 7°, § 2°, inciso III, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – FONTE DE RECURSO

5.1 – Os pagamentos serão efetuados com os seguintes recursos financeiros:

CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 - O preço proposto é fixo e irreajustável.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA</u>

 $7.1-\mathrm{O}$ presente Contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020.

<u>CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO/CONDIÇÕES/LOCAL DE ENTREGA/</u> RECEBIMENTO

- 8.1 A Autoridade Competente expedirá Ordem de Fornecimento e encaminhará a Contratada.
- 8.2 Recebidas as Ordens, a Contratada deverá entregar os materiais dentro do prazo de 03 (três) dias, acompanhados da Nota fiscal. No almoxarifado da secretaria de obras e serviços urbanos, situado na Rua Ribeirópolis nº 030, Moita Bonita/SE
- 8.3 Os materiais fornecidos pela contratada deverá ser entregue nos Município de Moita Bonita conforme solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, nos locais destinados pela mesma, logo todas as despesas com o deslocamento, mão de obra, encargos ficam a cargo da contratada..
- 8.4 Os materiais serão recebidos e conferidos por Servidor designados pela Autoridade Competente que atestará o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.
- 8.5 No caso do material entregue que não atender as especificações do Edital e seus Anexos a Contratada deverá providenciar a substituição do mesmo no prazo máximo

Endereço: Praça Santa Terezinha, 26, Centro- CEP 49.560-000 – Moita Bonita - SE Fone/fax. (79) 3453-1255 E-mail. licitacao@moitabonita.se.gov.br



de 03 (três) dias, contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato.

8.6 – Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará a Prefeitura para pagamento.

CLAUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1 As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:
- 9.1.1 Advertência, no caso de atraso injustificado na entrega dos materiais;
- 9.1.2 Multa, no valor de R\$ 500,00(quinhentos reais):
- 9.1.2.1 atraso injustificado na assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho;
- 9.1.2.2 recusa injustificada na assinatura o contrato, tendo sido convocado dentro do prazo legal;
- 9.1.2.3 descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato;
- 9.1.3 Multa, no valor de R\$ 800,00(oitocentos reais):
- 9.1.3.1 desatendimento às condições de entrega dos materiais;
- 9.1.3.2 atraso injustificado na entrega dos materiais, depois de duas advertências;
- 9.1.4 Multa, no valor de R\$ 1.000,00(um mil reais):
- 9.1.4.1 não efetuar a entrega dos materiais, sem justificativa;
- 9.1.5 Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 02 (dois) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, na hipótese de:
- 9.1.5.1 Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;
- 9.1.5.2 Não manutenção da proposta após a adjudicação;
- 9.1.5.3 · Comportamento inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- 9.1.5.4 Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- 9.1.5.5 Fraude na execução do Contrato;



- 9.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública:
- 9.1.6.1- Apresentação de documentação falsa para participação no certame, conforme registrado em ata ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- 9.2 A aplicação das penalidades admite os recursos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93e posteriores alterações;
- 9.3 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- 9.4 Poderá a **CONTRATANTE** convocar as demais licitantes na ordem de classificação para fornecer o objeto contratado, caso as licitantes aceitem as mesmas condições contratuais, inclusive quanto ao preço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas deste Contrato correrão por conta de dotações orçamentárias, constantes do orçamento para o exercício financeiro de 2020, conforme abaixo:
- 0207 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 15.122.0003.2.036 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 3390.30.00 Material de Consumo 1.001 Recursos Ordinários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, c/c o inciso XII, do artigo 55, do mesmo Diploma Legal.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES</u> 12.1 – Dos encargos da CONTRATANTE:

- 12.1.1 permitir o acesso de funcionários da **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, para a entregar notas fiscais/faturas e outros documentos;
- 12.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 12.1.3 impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste contrato;
- 12.1.4 efetuar os pagamentos devidos pelo fornecimento dos materiais, desde que cumpridas todas as exigências do contrato;



- 12.1.5 comunicar, oficialmente, à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas;
- 12.1.6 expedir as ordens de fornecimento e encaminhar a **CONTRATADA** em tempo hábil ao seu perfeito atendimento.
- 12.1.7 fiscalizar a execução e aplicar as penalidades estabelecidas neste contrato.
- 12.1.8 recusar qualquer mercadoria que não atenda as exigências do padrão de qualidade ou quando houver divergência de peso, marcas, quantidades e embalagens com as estabelecidas no edital e seus anexos.

12.2 - Dos Encargos da CONTRATADA:

12.2.1 – Fornecer o objeto abaixo na forma e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e neste Contrato, observada sua proposta:

N° de Ordem	Descrição	Marca	Und	Qnt	Preço Unitário	Preço Total
1.						
2.						
3.						
4.						
Total:						

- 12.2.2 assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;
- 12.2.2.1- A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.
- 12.2.3 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO DA FISCALIZAÇÃO</u> 13.1 - Durante a vigência deste contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada por Servidor VICENTE OLIVEIRA BISPO designados pela **CONTRATANTE**.



- 13.2 O Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
- 13.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 13.4 Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução deste Contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

- 14.1 No interesse da Administração, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25%(vinte e cinco por cento), nos temos do Art. 65, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 14.2 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite estabelecido.
- 14.3 As supressões acima do limite estabelecido, só poderão ser efetuadas mediante acordo celebrado entre as partes, conforme preceitua o Art. 65, §2°, II, da Lei Federal n° 8.666/93 e posteriores alterações.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

- 15.1 A rescisão contratual poderá ser:
- 15.1.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- 15.1.2 amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para esta Administração Pública;
- 15.1.3 judicial nos termos da Legislação.
- 15.2 Constituem motivo para rescisão do contrato:
- 15.2.1 · O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;
- 15.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais e especificações;
- 15.2.3 A lentidão de seu cumprimento, levando a **PREFEITURA** a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega total do objeto contratado.
- 15.2.4 A paralisação injustificada do fornecimento;
- 15.2.5 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;



- 15.2.6 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 15.2.7 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da licitante;
- 15.2.8 O atraso no pagamento das faturas devidas por mais de 30(trinta) dias consecutivos, posteriores ao seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1 Para quaisquer ações decorrentes do presente Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Malhador/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.
- 16.2 E, por se acharem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** assinam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

	Moita Bonita (SE),	_·
	CONTRATANTE	_
	CONTRATADA	
Testemunhas:		
	CPF:	
	CPF:	